

CONCURSO PÚBLICO INTERNACIONAL

AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE ESPAÇOS VERDES NAS INFRAESTRUTURAS DA TEJO ATLÂNTICO, POR LOTES

TA_23_187_CI_S_014_DOP

CADERNO DE ENCARGOS

Lote I – Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nos Centros Operacionais de Alcântara, Chelas, Beirolas/S. João da Talha, Frielas, Mafra, Alverca, Vila Franca de Xira e Costa do Estoril

(municípios de Lisboa, Loures, Mafra, V. F. de Xira, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Cascais e Oeiras)

Lote II – Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nos Centros Operacionais de Bombarral/Cadaval/Óbidos, Alenquer/Azambuja/Rio Maior, Alcobaça/Nazaré, Lourinhã/Peniche e Torres Vedras

(municípios de Bombarral, Cadaval, Óbidos, Caldas da Rainha, Alenquer, Azambuja, Rio Maior, Alcobaça, Nazaré, Lourinhã, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras)

JANEIRO 2024

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Cláusula 1.^a

Objeto

1. O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir nos contratos a celebrar que têm por objeto principal a **Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nas Infraestruturas da Tejo Atlântico, por Lotes**, em conformidade com o definido nos **Anexos I a V** ao presente Caderno de Encargos que dele fazem parte integrante.
2. A Aquisição de Serviços em causa compreende 2 (*dois*) lotes, conforme especificado no n.º I da cláusula 3.^a do presente Caderno de Encargos.
3. Para um maior detalhe e identificação das infraestruturas abrangidas pelo presente Caderno de Encargos, devem ser consultados os **Anexos I e II** ao presente Caderno de Encargos que dele fazem parte integrante.
4. Os requisitos e especificações técnicas em que a presente Aquisição de Serviços irá ser realizada estão descritos no **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos que dele faz parte integrante.

Cláusula 2.^a

Contrato

1. O contrato integra os seguintes elementos:
 - a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do Caderno de Encargos identificados pelo(s) interessados(s), e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”);
 - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
 - c) O presente Caderno de Encargos e os seus anexos;
 - d) A proposta adjudicada;
 - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Concorrente;
 - f) O clausulado contratual e respetivos anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.

3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Adjudicatário, nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

Cláusula 3.ª

Local e conteúdo da Aquisição de Serviços

1. O objeto dos contratos incidirá sobre a “**Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nas Infraestruturas da Tejo Atlântico, por Lotes**” referidos genericamente na cláusula 1.ª, nos termos seguintes:
 - a) Lote I – Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nos Centros Operacionais de Alcântara, Chelas, Beirolos/S. João da Talha, Frielas, Mafra, Alverca, Vila Franca de Xira e Costa do Estoril (municípios de Lisboa, Loures, Mafra, V. F. de Xira, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Cascais e Oeiras);
 - b) Lote II - Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nos Centros Operacionais de Bombarral/Cadaval/Óbidos, Alenquer/Azambuja/Rio Maior, Alcobça/Nazaré, Lourinhã/Peniche e Torres Vedras (municípios de Bombarral, Cadaval, Óbidos, Caldas da Rainha, Alenquer, Azambuja, Rio Maior, Alcobça, Nazaré, Lourinhã, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras).

Cláusula 4.ª

Prazo contratual

1. O(s) contrato(s) mantem(êm)-se em vigor pelo prazo de 1 (um) ano, renovando-se automaticamente por 2 (dois) períodos de 1 (um) ano, até ao limite máximo de 3 (três) anos de vigência contratual, se não for(em) denunciado(s) por uma das partes com uma antecedência mínima de 60 (sessenta) dias úteis relativamente ao termo do prazo inicial, sem prejuízo das obrigações acessórias, as quais perdurarão para além da cessação do(s) contrato(s).
2. Para efeitos do estabelecido no número 1, o(s) contrato(s) considerar-se-á(ão) celebrado(s) na data de aposição da última assinatura digital.
3. Sem prejuízo do estabelecido no número 2, tendo o Adjudicatário mais de um representante e outorgando o(s) contrato(s) em parte com assinatura(s) digital(is) e em parte com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á(ão) por si outorgado(s) na data da última assinatura digital.

4. Caso o Cocontratante outorgue apenas com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á(ão) por si outorgado(s) na data que tenha sido aposta conjuntamente com a(s) assinatura(s).
5. Se, antes de decorrido o prazo mencionado no número I da presente cláusula for atingido o pagamento do preço contratual, o(s) contrato(s) extinguir-se-á(ão), sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação deste(s).

CAPÍTULO II

OBRIGAÇÕES DAS PARTES

SECÇÃO I

OBRIGAÇÕES DO COCONTRATANTE

Cláusula 5.^a

Obrigações do Cocontratante

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e no presente Caderno de Encargos e respetivos anexos, que delem fazem parte integrante, constituem obrigações principais do Cocontratante, as seguintes:
 - a) Realizar a Aquisição de Serviços objeto do contrato, nas instalações indicadas nos Anexos I e II, ao presente Caderno de Encargos, dependendo do lote, em conformidade com as especificações técnicas definidas no **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos, com respeito pelas regras, regulamentos e disposições aplicáveis e com absoluta subordinação aos princípios da ética profissional, isenção, independência, zelo e competência;
 - b) Assegurar o cumprimento das questões legais, ambientais e de segurança, nomeadamente, na eventual aplicação de produtos fitossanitários, optando por produtos que mais protejam o ambiente, e na prevenção de incêndios;
 - c) Assegurar o necessário controlo das espécies invasoras (listadas no Anexo II ao Decreto-Lei n.º 92/2019, de 10 de julho), procedendo à sua remoção (manual, mecânica ou outra), de modo a impedir a sua propagação dentro dos recintos e a prevenir danos ambientais;
 - d) Caso o Cocontratante, independentemente da existência de dolo ou culpa, causar, no âmbito da presente Aquisição de Serviços, um dano ambiental em virtude do exercício da sua atividade, o mesmo será responsável pela adoção de medidas de prevenção e

reparação dos danos ou ameaças causados, devendo obrigatoriamente constituir garantias financeiras que lhe permita assumir a responsabilidade ambiental inerente à atividade por si desenvolvida, nos termos e conforme previsto no DL n.º 147/2008, de 29 de Julho;

- e) Proceder à entrega da documentação solicitada no âmbito da presente Aquisição de Serviços, de acordo com a cláusula 6.ª;
- f) Prestar as informações que forem solicitadas pela Tejo Atlântico;
- g) Assegurar os meios humanos, em termos quantitativos e qualitativos, em conformidade com o definido no **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos, de forma a garantir a correta aquisição de serviços, bem como a articulação entre o Cocontratante e os representantes da Tejo Atlântico;
- h) Assegurar a aquisição, operação e manutenção de todos os meios materiais necessários para a correta aquisição de serviços, nomeadamente ferramentas, instrumentos, equipamento de proteção e segurança, vestuário, material de limpeza, produtos de higiene pessoal, entre outros;
- i) Assegurar o cumprimento das disposições legais, regulamentares ou constantes de eventuais acordos coletivos de trabalho em vigor sobre remunerações, segurança, higiene e saúde no trabalho, relativamente a todo o pessoal empregue a qualquer título, sendo de sua conta os encargos que de tal resultem;
- j) Assegurar os necessários meios de transporte, meios de comunicação, meios informáticos, entre outros;
- k) Assegurar a recolha, transporte e eliminação para o devido destino final, dos resíduos resultantes das práticas de manutenção de espaços verdes e das limpezas;
- l) Cumprir o disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º, ambos do CCP, disponibilizando à Tejo Atlântico, sempre que lhe seja solicitado, os respetivos documentos comprovativos;
- m) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Tejo Atlântico, de acordo com o mencionado na cláusula 19.ª;
- n) A Tejo Atlântico não se responsabiliza por quaisquer danos causados no equipamento e material afeto à Aquisição de Serviços, nem por quaisquer danos ou acidentes sofridos pelos agentes, funcionários, colaboradores ou trabalhadores ao serviço do Cocontratante, salvo se resultarem de culpa, devidamente comprovada, dos trabalhadores da Tejo Atlântico, no exercício das suas funções;

- o) Responder por todos os atos de quaisquer pessoas que, no âmbito da presente Aquisição de Serviços, para ele exerçam funções, sem prejuízo da responsabilidade que possa ser exigida pela Tejo Atlântico, a essas mesmas pessoas;
 - p) Comunicar à Tejo Atlântico todos os incidentes ou acidentes suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, dentro das 24 (*vinte e quatro*) horas seguintes à sua ocorrência;
 - q) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (*intangíveis*);
 - r) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no [sítio eletrónico \[https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf\]\(https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf\)](https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf).
2. A título acessório, o Cocontratante fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à Aquisição de Serviços, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

Cláusula 6.^a

Documentação a entregar pelo Cocontratante

- 1. No prazo máximo de 10 (*dez*) dias, após a outorga do contrato, e sempre que se justifique, o Cocontratante deve entregar à Tejo Atlântico a documentação prevista no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico e que se especifica no **Anexo IV** e de acordo com a informação constante do **Anexo V**, ambos do presente Caderno de Encargos.
- 2. Até ao último dia de cada mês, deve ser elaborado pelo Cocontratante, e em conformidade com o acordado com o Gestor de Contrato, um planeamento mensal dos trabalhos, onde constem as instalações a intervencionar no mês seguinte.
- 3. Até ao 5.º (*quinto*) dia útil de cada mês, o Cocontratante deve entregar um relatório contendo o ponto de situação dos trabalhos em cada instalação.

Cláusula 7.^a

Conformidade e operacionalidade dos serviços

- 1. Os serviços objeto do contrato devem ser entregues em perfeitas condições de serem

utilizados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário à sua entrada em funcionamento.

2. É aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto na lei que disciplina os aspetos relativos à venda de serviços de consumo e das garantias a ela relativas no que respeita à conformidade dos serviços a prestar.
3. O Cocontratante é responsável perante a Tejo Atlântico por qualquer defeito ou discrepância dos serviços objeto do contrato que existam no momento em que os serviços lhe são entregues.

Cláusula 8.ª

Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 15 (*quinze*) dias a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato, a Tejo Atlântico procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos estão em conformidade com as especificações técnicas definidas no **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos e se reúnem toda a informação constante na cláusula 6.ª e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve prestar a Tejo Atlântico toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise a que se refere o n.º 1 não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as especificações técnicas definidas no **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos e com a informação mencionada na cláusula 6.ª, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Cocontratante.
4. No caso previsto no número anterior, o Cocontratante deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das especificações técnicas exigidas.
5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos do n.º 1.
6. Caso a análise a que se refere o n.º 1 comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Cocontratante com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as especificações técnicas definidas no **Anexo III** ao presente Caderno de Encargos, bem como com a informação mencionada na cláusula 6.ª, deve ser emitida, no prazo máximo de 7 (sete) dias a contar do termo da análise, uma declaração de aceitação pela Tejo Atlântico.

7. A emissão da declaração a que se refere o número anterior não implica a aceitação de eventuais discrepâncias com as exigências legais ou com as especificações técnicas definidas no Anexo III ao presente Caderno de Encargos, nem com a informação mencionada na cláusula 6.^a.

Cláusula 9.^a

Transferência de propriedade

Com a declaração de aceitação a que se refere o n.º 6 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Tejo Atlântico, incluindo os direitos de autor sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar.

Cláusula 10.^a

Dever de sigilo

1. O Cocontratante obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Cocontratante obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Cocontratante obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.
4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

Cláusula 11.^a

Tratamento de dados pessoais

1. No caso de o Cocontratante necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de

subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.

2. O Cocontratante não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Cocontratante deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Cocontratante deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição acidental ou ilícita, perda acidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Cocontratante deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação deste.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Cocontratante deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o Cocontratante responsável pela utilização dos dados pessoais por parte dos mesmos.
8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Cocontratante deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Cocontratante deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Cocontratante encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Cocontratante tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo

Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-o das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.

12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Cocontratante, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
 - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
 - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação; e
 - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Cocontratante obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que este venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.
14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Cocontratante e a verificação de inexistência de garantias de compliance do Cocontratante é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

Cláusula 12.^a

Conservação de dados pessoais

1. O Cocontratante deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Cocontratante apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

Cláusula 13.^a

Transferência de dados pessoais

O Cocontratante não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o Cocontratante for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

Cláusula 14.^a

Dever de cooperação

- I. O Cocontratante deve cooperar com a Tejo Atlântico, mediante solicitação, designadamente nas seguintes situações:
 - a) Quando um titular de dados pessoais exerça os seus direitos ou cumpra as suas obrigações nos termos da legislação aplicável, relativamente aos dados pessoais tratados pelo Cocontratante em representação da Tejo Atlântico;
 - b) Quando a Tejo Atlântico deva cumprir ou dar sequência a qualquer avaliação, inquérito, notificação ou investigação da Comissão Nacional de Proteção de Dados ou entidade administrativa com atribuições e competências legais equiparáveis.

SECÇÃO II

OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO

Cláusula 15.^a

Preço base, Preço contratual e Revisão de preços

- I. Pela Aquisição de Serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Cocontratante o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.
2. O preço contratual não pode ser superior a **1.564.100,00 €** (*um milhão, quinhentos e sessenta e quatro mil e cem euros*), para 3 (três) anos de duração máxima do contrato, tendo em consideração a seguinte divisão para cada um dos 2 (*dois*) Lotes, objeto do contrato, nomeadamente:

- a) Lote I – Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nos Centros Operacionais de Alcântara, Chelas, Beirolas/S. João da Talha, Frielas, Mafra, Alverca, Vila Franca de Xira e Costa do Estoril (municípios de Lisboa, Loures, Mafra, V. F. de Xira, Arruda dos Vinhos, Sobral de Monte Agraço, Cascais e Oeiras): **817.000,00€** (*oitocentos e dezassete mil euros*);
- b) Lote II – Aquisição de Serviços de Manutenção de Espaços Verdes nos Centros Operacionais de Bombarral/Cadaval/Óbidos, Alenquer/Azambuja/Rio Maior, Alcobaça/Nazaré, Lourinhã/Peniche e Torres Vedras (municípios de Bombarral, Cadaval, Óbidos, Caldas da Rainha, Alenquer, Azambuja, Rio Maior, Alcobaça, Nazaré, Lourinhã, Peniche, Sobral de Monte Agraço e Torres Vedras): **747.100,00€** (*setecentos e quarenta e sete mil e cem euros*).
3. Os preços referidos no número anterior incluem todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, incluindo despesas de alojamento, alimentação, deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.
4. Os preços do contrato serão atualizados anualmente, após 1 (*um*) ano de contrato, a pedido do Cocontratante, através da seguinte fórmula, por aplicação do índice de preço ao consumidor, sem habitação, para Portugal Continental, publicado pelo Instituto Nacional de Estatística:

$$C_t = C_0 \times (0,10 + 0,90 \times (I_t/I_0))$$

na qual:

- I_t e I_0 , são os índices de preço no consumidor (sem habitação) respetivamente, no mês em que foram efetuados os trabalhos a que diz respeito a respetiva fatura e no mês anterior à data da apresentação da proposta.
5. Só haverá lugar a atualização de preços quando a variação, para mais ou para menos, do coeficiente de atualização, for igual ou superior a 1% (*um por cento*) em relação à unidade.

Cláusula 16.^a

Condições de pagamento

1. A(s) quantia(s) devida(s) pela Tejo Atlântico, nos termos da cláusula anterior, deve(m) ser paga(s) mensalmente, no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção por esta das respetivas faturas, as quais só podem ser emitidas após vencimento da(s) obrigação(ões) respetiva(s),

no valor correspondente a 1/36 (*um trinta e seis avos*) do preço total contratualizado, para cada um dos 2 (*dois*) lotes.

2. Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida com a entrega e aprovação pela Tejo Atlântico, do relatório indicado no n.º 3 da cláusula 6.^a e nos termos do n.º 6 da cláusula 8.^a, para cada um dos 2 (*dois*) lotes.
3. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar, por escrito, ao Cocontratante, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.
4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Cocontratante, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observando o disposto nos n.ºs 1 e 2, as faturas são pagas através de transferência bancária para a instituição de crédito indicada pelo Cocontratante.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Cocontratante, serão automaticamente suspensos por igual período.

Cláusula 17.^a

Faturação

1. Sem prejuízo do disposto no artigo 9.º do Decreto-Lei n.º 111-B/2017, de 31 de agosto, na sua redação atual, as faturas a apresentar pelo Cocontratante, à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI) em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
 - a) Ser emitida mensalmente, nos termos do n.º 1 da cláusula anterior, após a realização dos serviços da Aquisição de Serviços objeto do contrato;
 - b) Conter o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
 - c) Identificar os serviços prestados, os locais e o período a que respeita, devendo ser anexado o relatório referido no n.º 3, da cláusula 6.^a do presente Caderno de

Encargos;

- d) Apresentar o preço global para a totalidade dos serviços prestados no mês em causa;
 - e) Indicar o IVA à Taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P..
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Cocontratante, consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>.
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não será objeto de qualquer cobrança adicional.

Cláusula 18.ª

Execução simultânea de outros serviços da mesma natureza

- 1. A Tejo Atlântico reserva-se o direito de realizar ou de mandar realizar por terceiros, sem prejuízo da execução normal do contrato, quaisquer serviços, ainda que de natureza idêntica aos serviços a cargo do Cocontratante.
- 2. Quando o Cocontratante considerar que o desempenho das suas obrigações contratuais está a ser comprovadamente prejudicado em virtude da realização de serviços por terceiros, poderá apresentar a sua reclamação por escrito à Tejo Atlântico no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data de ocorrência.

SECÇÃO III

ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 19.ª

Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato

- 1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelos gestores do contrato designados pela Tejo Atlântico, para cada um dos 2 (dois) lotes:

- Gestores do contrato:

➤ Lote I: Luís Gomes

➤ Lote II: Eunice Cortês

- Morada: Fábrica de Água de Alcântara, Avenida de Ceuta. 1300-254 Lisboa
- Telefone n.º +351 213 107 900
- Correio eletrónico: geral.adta@adp.pt

2. No exercício das suas funções, o gestor do contrato pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Cocontratante.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Cocontratante a tomada das medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. A Tejo Atlântico, reserva-se ao direito de proceder, sempre que julgue necessário, e sem aviso prévio, a inspeções e auditorias às atividades realizadas pelo Cocontratante, efetuadas por si ou por entidades em que tenha delegado essas funções. O Cocontratante, neste âmbito, deverá apresentar evidências objetivas do que argumenta.
5. Para acompanhamento da execução do contrato, o Cocontratante obriga-se a manter, com uma periodicidade trimestral ou quando solicitado, reuniões de coordenação e acompanhamento da aquisição de serviços, com os representantes da Tejo Atlântico, com elaboração das respetivas atas, a assinar por todos os intervenientes nas reuniões. Estas reuniões deverão permitir que haja, por parte da Tejo Atlântico, conhecimento dos problemas e das opções mais relevantes ocorridos durante a aquisição de serviços.
6. As reuniões previstas na alínea anterior devem ser alvo de uma convocação escrita, pelo Cocontratante, com 7 (sete) dias de antecedência, o qual deve elaborar a agenda prévia para cada reunião.
7. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Cocontratante de responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

CAPÍTULO III

MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

Cláusula 20.^a

Cessão da posição contratual e subcontratação do Cocontratante

1. Além da situação prevista na alínea a) do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Cocontratante pode ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.
2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Cocontratante deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Cocontratante, no prazo de 30 (*trinta*) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, a mesma não se pronunciar expressamente.
4. Em caso de incumprimento pelo Cocontratante, das suas obrigações, que reúna os pressupostos para a resolução do contrato, a Tejo Atlântico pode determinar que o Cocontratante ceda a sua posição contratual ao concorrente do procedimento pré-contratual na sequência do qual foi celebrado o contrato em execução, que venha a ser indicado pela Tejo Atlântico, pela ordem sequencial daquele procedimento.
5. A cessão da posição contratual a que se refere o número anterior opera por mero efeito do ato da Tejo Atlântico, sendo eficaz a partir da data por esta indicada.
6. A subcontratação pelo Cocontratante depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

Cláusula 21.ª

Sanções Contratuais

1. Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Cocontratante o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento.
2. A Tejo Atlântico pode, designadamente, exigir do Cocontratante, o pagamento de sanções contratuais, nos seguintes termos:
 - a) Por cada falta ou ausência diária no número de trabalhadores afetos à Aquisição de Serviços contratada: 100,00€ (*cem euros*) por cada infração/trabalhador;
 - b) Por substituição de Pessoal atribuído a cada Equipa de cada Lote, relativamente à Equipa inicialmente contratada: 250,00€ (*duzentos e cinquenta euros*) por pessoa substituída;

- c) Deficiente recolha de resíduos ou limpeza de espaços: 200,00€ (duzentos euros) por cada infração;
 - d) Por cada falha na qualidade de serviço que se manifeste, comprovadamente, por inação ou falta de meios definidos no Caderno de Encargos: 200,00€ (duzentos euros) por cada infração;
 - e) Ausência ou deficiente fertilização, de acordo com o estipulado no Caderno de Encargos: 200,00€ (duzentos euros) por cada infração.
3. O valor acumulado das sanções contratuais não pode exceder o limite máximo de 20% (vinte por cento) do preço contratual.
4. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (vinte por cento) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (trinta por cento).
5. Na determinação da gravidade do incumprimento, a Tejo Atlântico tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do Cocontratante e as consequências do incumprimento.
6. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
7. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

Cláusula 22.^a

Força Maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Cocontratante, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
- a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
 - b) Sejam alheias à sua vontade;
 - c) Não fossem por elas conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
 - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.

3. Não constituem força maior, designadamente, quando aplicáveis:
- a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Cocontratante, na parte em que intervenham;
 - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Cocontratante ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
 - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo Cocontratante de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
 - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Cocontratante de normas legais;
 - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Cocontratante cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
 - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Cocontratante não devidas a sabotagem;
 - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar caso força maior deve comunicar e justificar tal situação à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.
5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Cocontratante das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335.º do CCP, não tendo o Cocontratante direito a qualquer indemnização.

Cláusula 23.^a

Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico

- 1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e neste Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Cocontratante violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.
- 2. O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Cocontratante e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo nos

termos previstos no presente Caderno de Encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pelo Tejo Atlântico.

3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Cocontratante pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Cocontratante ao abrigo da cláusula 21.^a relativamente aos serviços objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no n.º 3 não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstando a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelos danos excedentes.
6. A resolução será comunicada ao Cocontratante através de carta registada, com aviso de receção, e só terá efeitos passados 60 (*sessenta*) dias da notificação, mantendo-se durante este período todas as condições contratuais.

Cláusula 24.^a

Resolução do contrato por parte do Cocontratante

1. O Cocontratante pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332.º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332.º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo Cocontratante, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato, com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

Cláusula 25.^a

Execução da Caução

1. A caução prestada, nos termos do Programa do Concurso, para bom e pontual cumprimento das obrigações decorrentes dos contratos relativos a cada um dos 2 (*dois*) lotes, pode ser executada pela Tejo Atlântico, sem necessidade de prévia decisão judicial ou arbitral, para satisfação de quaisquer créditos resultantes de mora, cumprimento defeituoso, incumprimento definitivo pelo Cocontratante das obrigações contratuais ou legais, incluindo o pagamento de sanções, ou para quaisquer outros efeitos especificamente previstos no contrato ou na lei.

2. A resolução do contrato pela Tejo Atlântico não impede a execução da caução, contanto que para isso haja motivo.
3. Salvo no caso previsto no número anterior, a execução parcial ou total da caução constitui o Cocontratante na obrigação de proceder à sua reposição pelo valor existente antes dessa mesma execução, no prazo de 20 (vinte) dias, após a notificação da Tejo Atlântico para esse efeito.
4. A caução a que se referem os números anteriores é liberada nos termos do artigo 295.º do CCP.

Cláusula 26.ª

Seguros

1. É da responsabilidade do Cocontratante, incluindo subcontratados, a cobertura, através de contrato de seguro, dos riscos inerentes à atividade objeto do contrato a celebrar, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
 - a) Seguro de Responsabilidade Civil que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
 - b) Seguro de Acidentes de Trabalho, por parte dos membros da equipa designada.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Cocontratante prestá-la no prazo de 5 (cinco) dias.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

Cláusula 27.ª

Deveres de informação

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de qualquer circunstância, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento tempestivo de qualquer uma das obrigações.

3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

Cláusula 28.^a

Comunicações

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada com aviso de receção ou por correio eletrónico, entre o Gestor designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na cláusula 19.^a do presente Caderno de Encargos e o Cocontratante, para os contactos identificados em declaração do Cocontratante, nos termos do Anexo VIII do Programa do Concurso.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (*quinze*) dias.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

Cláusula 29.^a

Foro competente

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

Cláusula 30.^a

Direito aplicável e natureza do contrato

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

Cláusula 31.^a

Contagem dos prazos

Os prazos previstos no presente Caderno de Encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471º do CCP.

Junta:

ANEXO I – Instalações afetas à Aquisição de Serviços – Lote I

ANEXO II - Instalações afetas à Aquisição de Serviços – Lote 2

ANEXO III - Especificações Técnicas

ANEXO IV – Documentação prevista entregar no âmbito do Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico

ANEXO V – Ficheiros de apoio ao Controlo de Fornecedores da Tejo Atlântico

ANEXO I

INSTALAÇÕES AFETAS À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

**Lote I – Centros Operacionais de Alcântara, Chelas, Beirolas/S. João da Talha,
Frielas, Mafra, Alverca, Vila Franca de Xira e Costa do Estoril
(municípios de Lisboa, Loures, Mafra, V. F. de Xira, Arruda dos Vinhos, Sobral de
Monte Agraço, Cascais e Oeiras)**

(Documento Autónomo)

ANEXO II

INSTALAÇÕES AFETAS À AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS

**Lote 2 – Centros Operacionais de Bombarral/Cadaval/Óbidos,
Alenquer/Azambuja/Rio Maior, Alcobaça/Nazaré, Lourinhã/Peniche e Torres
Vedras**

**(municípios de Bombarral, Cadaval, Óbidos, Caldas da Rainha, Alenquer,
Azambuja, Rio Maior, Alcobaça, Nazaré, Lourinhã, Peniche, Sobral de Monte
Agraço e Torres Vedras)**

(Documento Autónomo)

ANEXO III

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

(Documento Autónomo)

ANEXO IV

Documentação prevista entregar no âmbito do Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico

(Documento Autónomo)

ANEXO V

Ficheiros de apoio ao Controlo de Fornecedores da Tejo Atlântico

(Documento Autónomo)